



JUSTIÇA MILITAR
DA UNIÃO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (JMU)

2019





**PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**



MINISTROS

Ministro-Presidente Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos

Ministro Vice-Presidente Dr. José Barroso Filho

Ministro Dr. José Coêlho Ferreira

Ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ministro Ten Brig do Ar William de Oliveira Barros

Ministro Alte Esq Alvaro Luiz Pinto

Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Ministro Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos

Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes

Ministro Gen Ex Odilson Sampaio Benzi

Ministro Alte Esq Carlos Augusto de Sousa

Ministro Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo

Ministro Gen Ex Marco Antônio de Farias

Ministro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Ministro Ten Brig do Ar Carlos Vuyk de Aquino

DIRETOR-GERAL

Silvio A. M. Starling

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Marília Ramos Chaves

ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Raissa Fernandes Marinho

EXPEDIENTE

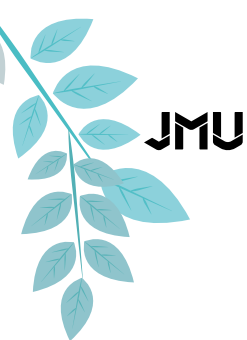
Conteúdo - Núcleo Socioambiental (NUSOA):

Carolina Pereira de Araujo

André Ruiz Evelim







www.stm.jus.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
METODOLOGIA	11
1. PAPEL	12
2. COPOS DESCARTÁVEIS	14
3. ÁGUA ENVASADA	16
4. IMPRESSÕES	17
5. TELEFONIA FIXA E MÓVEL	21
6. ENERGIA ELÉTRICA	23
7. ÁGUA E ESGOTO	24
8. REFORMAS E LEIAUTE	25
9. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL	26
10. LIMPEZA	29
11. VIGILÂNCIA	31
12. RESÍDUOS	32
13. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	34
14. CAPACITAÇÃO AMBIENTAL	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38





APRESENTAÇÃO

Sustentabilidade pode ser descrita como:

“Princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e indireta, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro o direito ao bem-estar físico, psíquico espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos”.

Freitas (2011, p. 40)

Essa abordagem traduz de forma singular o texto do art. 225 da Constituição Federal (CF/88), que dispõe sobre o meio ambiente.

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Podemos destacar que o tema da sustentabilidade, quando aplicado à Administração Pública, nos conduz a um novo paradigma, no qual o desafio de sua implementação poderá ser traçado de forma sistêmica, compartilhado pelo comprometimento de todos e condizente com a tomada de decisões que integram suas diferentes dimensões:

- **Dimensão Ambiental:** entendida como a expressão do dever legal da Administração Pública em cuidar do meio ambiente e preocupar-se com os impactos ambientais negativos causados em decorrência de suas atividades, do consumo de recursos naturais e da geração



de resíduos sólidos. Esta dimensão evoca a necessidade de mudança organizacional e inaugura o entendimento sobre o papel indutor da organização pública no processo de incentivo e realização de boas práticas sustentáveis.

- **Dimensão Econômica:** atenta para um consumo consciente, para a eficiência do gasto público, para a revisão das práticas organizacionais e pela incorporação de processos inovadores, como por exemplo, as compras públicas compartilhadas, e as compras e contratações com critérios de sustentabilidade.

- **Dimensão Social:** traduz o entendimento da geração de oportunidades, de equidade de gênero e raça e de qualidade de vida no ambiente de trabalho, além da “inclusão econômica de novos fornecedores governamentais” (VILLAC, 2019, p. 20).

- **Dimensão Ética:** implica no direcionamento de normas e condutas transparentes capazes de favorecer o controle social, enseja a importância da moralidade, da prevalência da responsabilidade da Administração Pública diante dos limites da natureza determinada por uma atuação condicionada à responsabilidade econômica e ambiental.

- **Dimensão Jurídico-política:** traduzida por Freitas (2011) como dever constitucional e expressa o conjunto de direitos e deveres fundamentais da sociedade, não é atividade neutra e requer relação com o cumprimento de normas e a responsabilidade de decisões por parte dos gestores e trabalhadores que afetam os interesses coletivos. Segundo Villac (2019, p.61) essa dimensão “refere-se à sua eficácia imediata, não dependente de regulamentação”.

- **Dimensão da Cultura Organizacional:** incorpora a reflexão sobre os valores organizacionais, núcleo da cultura organizacional, que determinam a forma de agir da organização e orientam seus processos

diretivos. Além disso, traduz o modo como os membros da organização sentem, pensam e atuam nesse contexto (TAMAYO & GONDIM, 1996; SILVA & ZANELLI, 2009).

De modo geral, é necessário considerar que, no âmbito da Administração Pública, a sustentabilidade não é apenas uma “vontade do gestor”. Trata-se de uma previsão legal que exige efetiva observância às normas, no direcionamento para o uso de padrões mais sustentáveis de produção e consumo e de mudança da cultura organizacional.”

Nesse sentido, o presente Relatório de Desempenho busca analisar os resultados dos indicadores e das ações propostas, para o ano de 2019, pelo Plano de Logística Sustentável (PLS), do Superior Tribunal Militar (STM), aprovado por meio do Ato Normativo STM nº 158, de 23 de novembro de 2015.

O controle dos indicadores socioambientais permite que o planejamento seja bem executado, bem como possibilita que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de forma eficiente e eficaz. Quanto mais completo, definido e coordenado for o plano, mais exitoso será o seu controle.

Destaca-se que o PLS/JMU, de 2015, apresenta 8 temas socioambientais que se dividem em 34 ações de sustentabilidade. Além disso, para cada uma das ações é estabelecido um indicador de desempenho, assim como uma meta para sua execução, a fim de proporcionar maior controle e correta aferição dos resultados apresentados.

Impende notar, também, que, desde 2016, o Tribunal tem implementado as ações previstas no referido PLS-JMU/2015, assim como acompanhado os indicadores socioambientais previstos no Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015, no intuito de analisar e corrigir os possíveis desvios no alcance das metas propostas.



Ademais, o STM encaminha, mensal e anualmente, via questionário eletrônico, informações dos seus dados socioambientais ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com vistas à formulação do Balanço Socioambiental do Poder Judiciário.

Nesse contexto, o presente Relatório desmembra os 8 eixos temáticos propostos no PLS-JMU/2015 em um grupo de indicadores, distribuídos nas seguintes categorias: 1) papel; 2) copos descartáveis; 3) água envasada; 4) impressões; 5) telefonia fixa e móvel; 6) energia elétrica; 7) água e esgoto; 8) reformas e leiaute; 9) veículos e combustível; 10) limpeza; 11) vigilância; 12) resíduos; 13) qualidade de vida no trabalho; 14) capacitação socioambiental.

Portanto, evidencia-se que a partir da elaboração do Relatório de Desempenho dos Indicadores será possível entender e comunicar o andamento da implantação do PLS-JMU/2015, como, também, corrigir os possíveis erros e redefinir as novas diretrizes no gerenciamento socioambiental empreendido pelo STM para os próximos anos.



METODOLOGIA

A coleta dos dados socioambientais, de 2019, foi realizada, via processo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mensal e anualmente, a partir das informações enviadas pelas unidades administrativas responsáveis por apresentá-las.

O envio dos referidos dados permitiu a construção das séries históricas (2015 a 2019) das despesas e dos consumos dos principais itens de custeio das atividades do Tribunal. Da mesma forma, tornou-se possível aferir a participação dos servidores nas ações de qualidade de vida no trabalho e nos cursos de capacitação socioambiental.

Além disso, o encaminhamento das informações possibilitou a realização de uma análise criteriosa dos principais indicadores de desempenho previstos no PLS/JMU e a avaliação das ações propostas no documento em questão.

Reitera-se que as informações coletadas foram encaminhadas, periodicamente, ao DPJ/CNJ para definição dos índices de sustentabilidade dos tribunais judiciários, constantes no Anexo I da Resolução do CNJ nº 201 de 2015.



1. PAPEL

O processo produtivo do papel é extremamente nocivo ao meio ambiente, pois, além de demandar uma grande quantidade de madeira, água e energia, é necessária a utilização de produtos químicos altamente tóxicos para a separação e o branqueamento da celulose, comprometendo assim a qualidade do solo e dos alimentos destinados à população.

Relativamente ao consumo de papel no STM, observa-se uma acentuada redução ao longo dos últimos anos (Gráfico 1), devido, sobretudo, à implantação dos novos sistemas jurídicos e administrativos, como o Processo Eletrônico da JMU (e-Proc/JMU) e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e, em 2019, o SEI- Julgar, que operacionaliza de forma totalmente eletrônica, as sessões administrativas desta Corte.

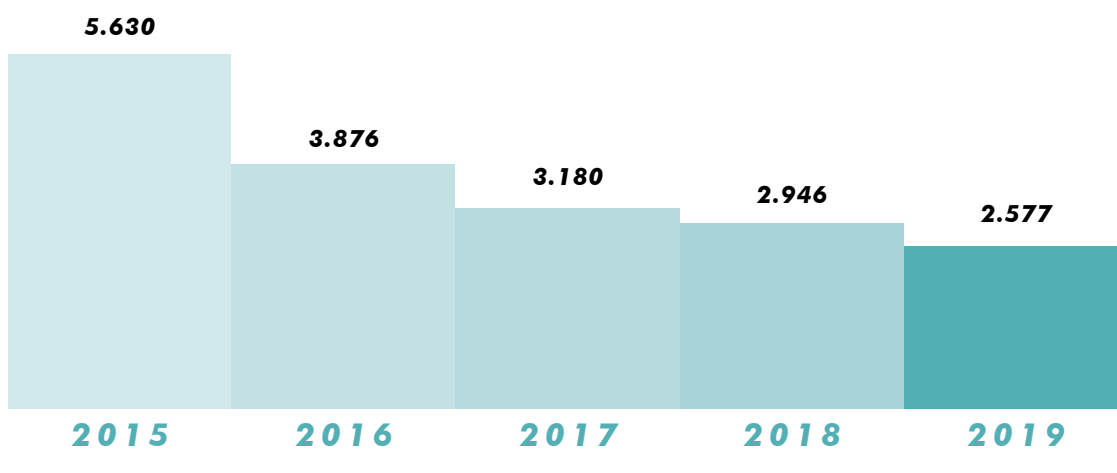
Além disso, ressalta-se que o Superior Tribunal Militar implantou, ao final de 2018, o Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN). A respectiva ferramenta é responsável pela gestão dos bens patrimoniais e dos materiais de consumo do órgão, o que ocasionou a redução dos gastos com os processos de solicitação e entrega dos materiais, bem como maior controle na aquisição e disponibilização dos bens de consumo e permanentes às unidades administrativas.

Nesse mesmo contexto, é válido notar que, em 2018, o STM realizou a contratação de serviços de outsourcing de impressão, o que permite o melhor gerenciamento dos trabalhos de impressoras e copiadoras e, conseqüentemente, maior economia no uso do papel, como se reflete nitidamente no exercício de 2019, conforme a série histórica abaixo.

O consumo total de papel, nos anos de 2018 e 2019, foi, respectivamente, de 2.946 e 2.577 representando uma queda de aproximadamente 12,52%. Nesse mesmo cenário, comparando os anos de 2015 e

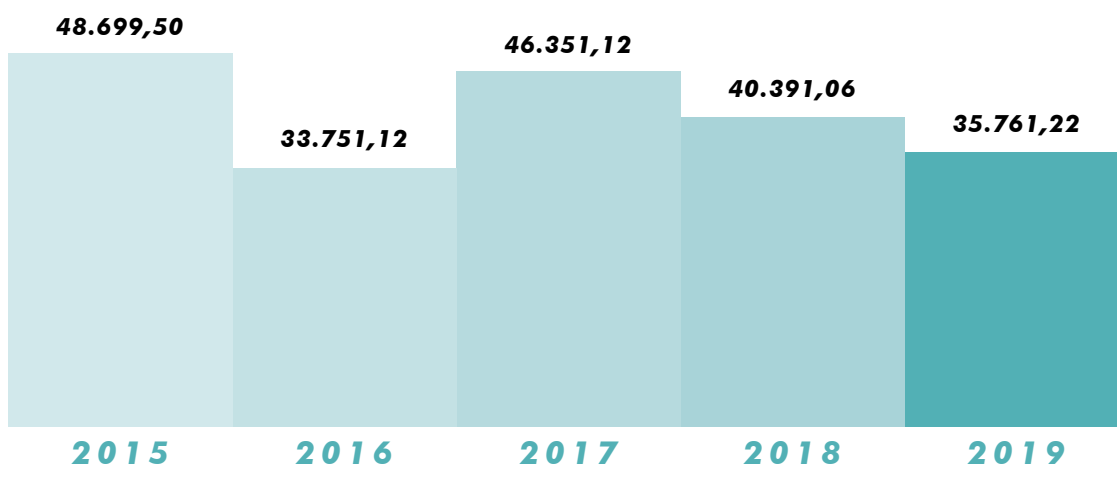
2019, a redução dos gastos foi de aproximadamente 54,22% (Gráfico 1), o que demonstra a economicidade gerada pela implementação pelas soluções tecnológicas citadas acima.

GRÁFICO 1 - CONSUMO DE PAPEL (EM RESMAS)



Vale destacar que o STM não adquiriu, no atual exercício, resmas de papéis reciclados. Contudo, frisa-se que, desde 2015, os gastos com aquisição de papel vêm apresentando uma tendência de redução. Para ilustrar tal afirmação, observa-se que os gastos com papel, em 2019, apresentaram um decréscimo de 11,46% em relação aos gastos de 2018. (Gráfico 2) e de 26,57% em relação à 2015, início da série histórica.

GRÁFICO 2 - GASTOS COM PAPEL (EM R\$)



Diante do exposto, é necessário manter uma consciência coletiva entre colaboradores em torno do uso racional do papel nas rotinas diárias das unidades administrativas da Justiça Militar, bem como fomentar o uso de sistemas informatizados e digitalizados nos processos produtivos e na prestação de serviços aos cidadãos. Da mesma forma, é possível destinar papel descartado para reciclagem a fim de reduzir o consumo dos recursos naturais demandados no seu ciclo de produção, diminuir o volume de lixo gerado e proporcionar a criação de novos postos de trabalho.

2. COPOS DESCARTÁVEIS

Observa-se que, atualmente, existem diversos tipos de copos descartáveis disponíveis no mercado. É o caso, por exemplo, dos copos produzidos a partir do poliestireno (PS), do polipropileno (PP) e do poliestireno expandido (EPS), componentes derivados do petróleo, que, quando utilizados no seu processo de produção, emitem grande quantidade de gases poluentes na atmosfera.

Além disso, há também os copos de papel biodegradáveis e compostáveis que, apesar de menos populares, passam a ser uma alternativa interessante quando o descartável apresenta-se como única opção.

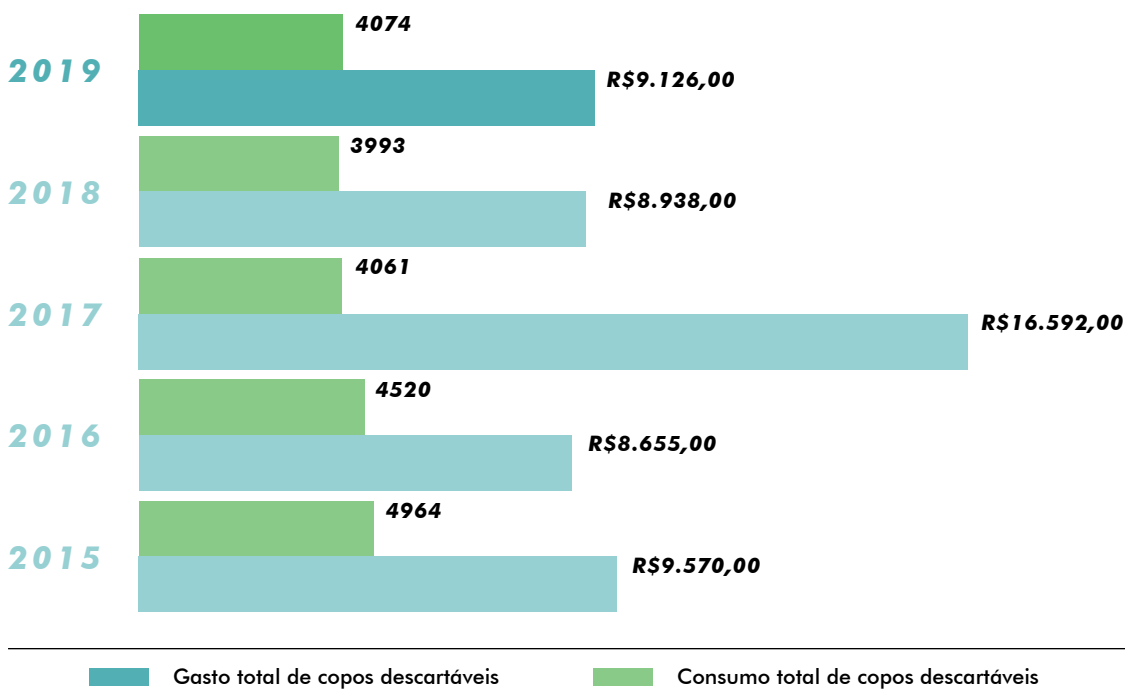
Por outro lado, abre-se a possibilidade de escolha por recipientes reutilizáveis, dentre eles as garrafas de plástico, alumínio e aço inoxidável, além das canecas e copos de cerâmica e de vidro. Segundo alguns especialistas, apesar de a fabricação dos reutilizáveis gerar também impactos ambientais, sua utilização, em médio prazo, tende a ser mais benéfica ao meio ambiente. A fim de ilustrar tal afirmação, para cada copo descartável plástico que é produzido, são necessários três litros de água. Ao contrário disso, para lavar um copo de vidro são necessários somente 300 ml de água.

Desde 2018, o STM vem adquirindo copos de plásticos biodegradáveis para o consumo de água e café, por parte do seu corpo funcional, o que reduz, consideravelmente, os efeitos danosos ao meio ambiente.

Nesse contexto, frisa-se que, desde 2016, no intuito de reduzir a utilização de copos plásticos, foram distribuídos copos de vidros para todos os servidores do STM. O que ocasionou uma queda relevante no consumo em 2017. Entretanto, nos últimos dois anos, observa-se uma estabilização, com leve tendência de alta, no consumo total de copos descartáveis, conforme Gráfico 3, o que demanda da Administração o estabelecimento de um plano de ação para reverter esta tendência.

Relativamente aos gastos com copos descartáveis, destaca-se que de 2017 para 2018 houve uma redução de 49% na despesa, com uma redução de gasto na ordem de R\$ 7.653,48. Em 2019, a despesa se manteve estável.

GRÁFICO 3- CONSUMO (EM UNIDADES) E GASTO (EM R\$) COM COPOS DESCARTÁVEIS:

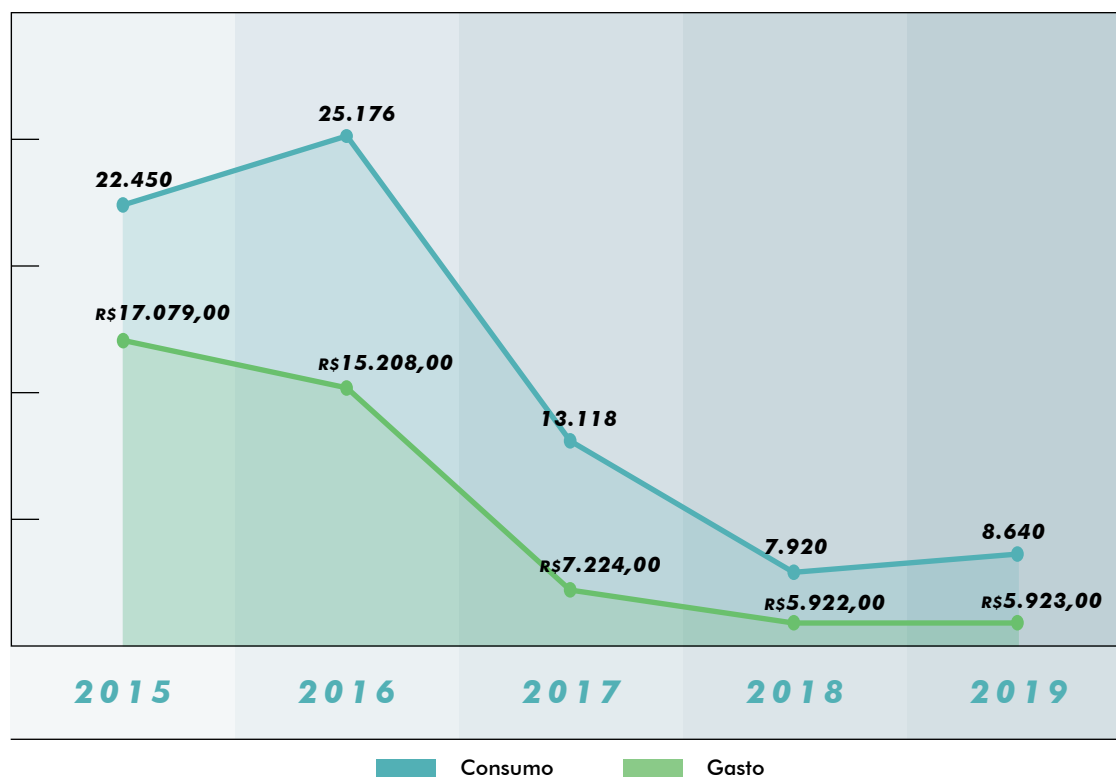


3. ÁGUA ENVASADA

É notório que o consumo de água mineral em embalagens plásticas causa sérios impactos financeiros e ambientais. Diante disso, em 2017, a presidência do STM decidiu restringir o fornecimento de água mineral envasada. Essa medida ocasionou uma expressiva redução no consumo de embalagens plásticas descartáveis, com o incentivo ao uso dos filtros.

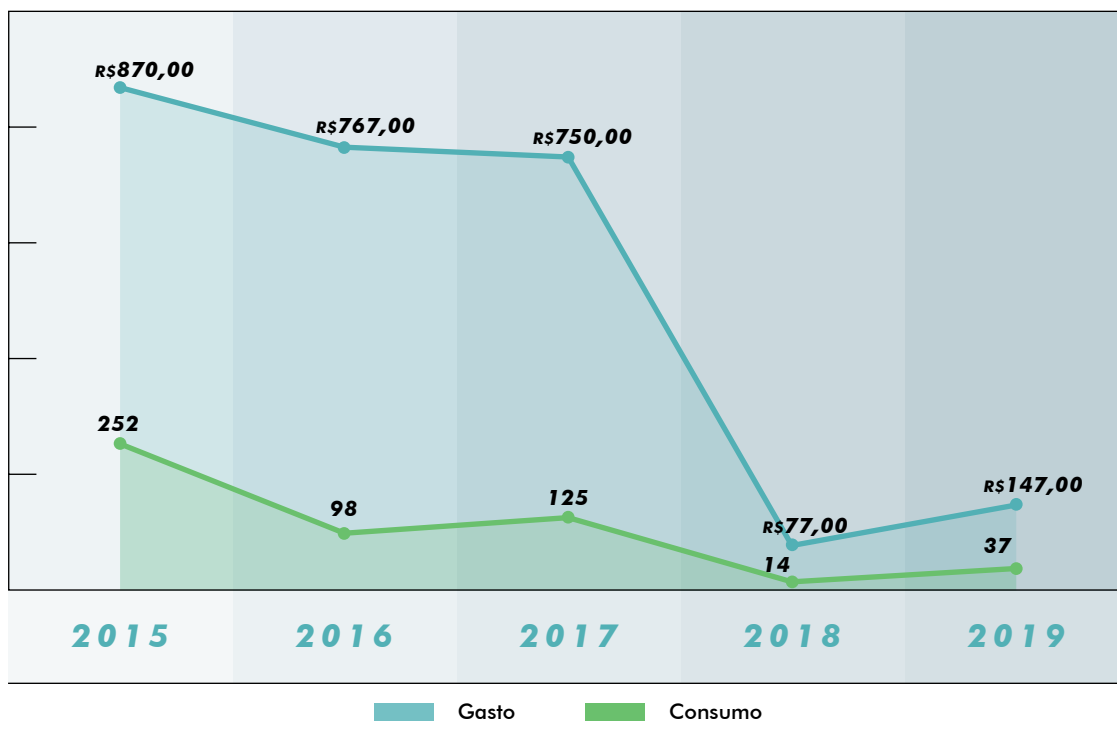
Salienta-se que, em relação a 2016, a redução de consumo de água envasada foi de 65,68%.

GRÁFICO 4- CONSUMO (EM UNIDADES) E GASTO (EM R\$) COM ÁGUA MINERAL EM EMBALAGENS DESCARTÁVEIS:



Quanto ao consumo de água mineral em embalagens retornáveis, a significativa queda em relação ao patamar de consumo de 2017 deve-se à adoção de filtros de água em todos os andares, o que acarretou em um decréscimo de 88,8% em 2018. Em 2019 foi mantida a relevante redução em relação ao início da série histórica. (Gráfico 5).

GRÁFICO 5- CONSUMO (EM UNIDADES) E GASTO (EM R\$) COM ÁGUA MINERAL EM EMBALAGENS RETORNÁVEIS:



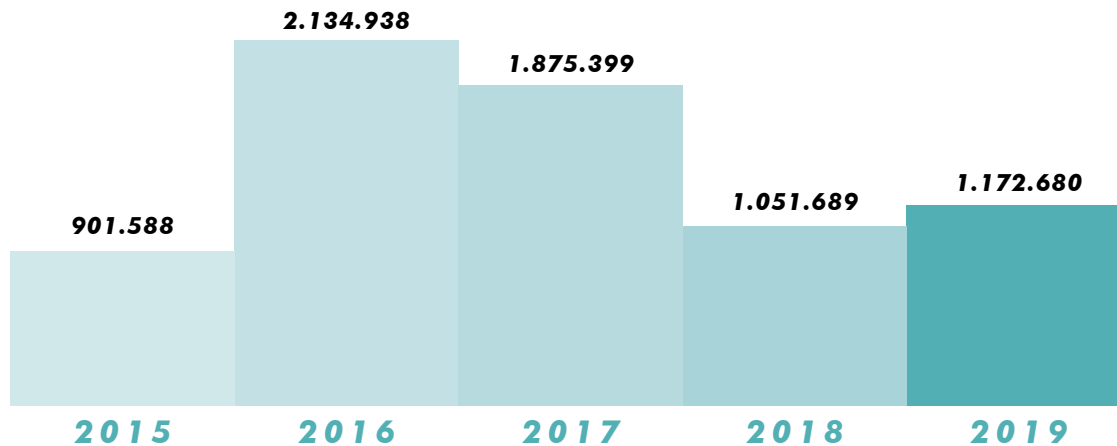
4. IMPRESSÕES

As impressões correspondem a elevados gastos para a Administração Pública. A adoção do processo eletrônico judicial e administrativo contribuiu expressivamente para a economia de recursos públicos. Vale lembrar que a redução dessas impressões impacta positivamente outros indicadores, como, por exemplo, a redução na geração de resíduos e o menor consumo de energia e de papel.

No final de 2017, foi implantado o Processo Judicial por meio eletrônico no STM e no ano de 2018 em toda a JMU (e-Proc/JMU). Com isso, a quantidade de impressões teve uma redução significativa.

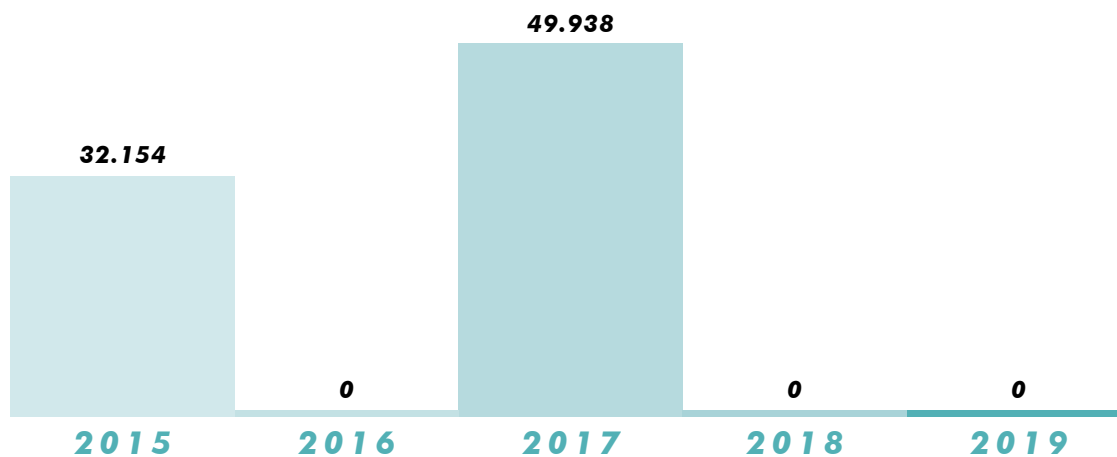
Em 2019, foi implementado o sistema SEI-JULGAR, para as sessões administrativas do Plenário do STM que passaram a ser realizadas de forma totalmente virtual (Gráfico 6), ficando mantida a relevante redução na quantidade de impressões, que foi de 45% entre 2016 e 2019.

GRÁFICO 6- QUANTIDADE DE IMPRESSÕES (EM NÚMERO DE PÁGINAS)



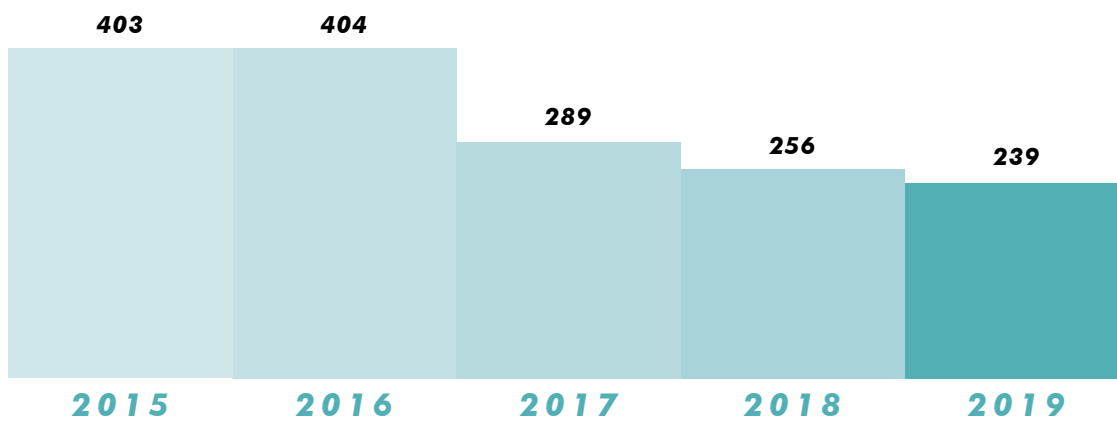
É válido notar que em 2018 e em 2019 o STM não adquiriu novas impressoras (Gráfico 7). Isso se deve ao fato da realização de contrato de terceirização de impressão (outsourcing), no qual a assistência técnica, a manutenção e as renovações dos equipamentos passaram a ser feitas pela empresa contratada.

GRÁFICO 7- GASTO COM AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS (EM R\$)



Em relação à quantidade de equipamentos de impressão, em 2019 ficou mantida a tendência natural de diminuição na quantidade, uma vez que, com o contrato de outsourcing, a Corte não está realizando reposição das máquinas do parque próprio. A quantidade de equipamentos caiu de 404 em 2016 para 239 em 2019, conforme Gráfico 8.

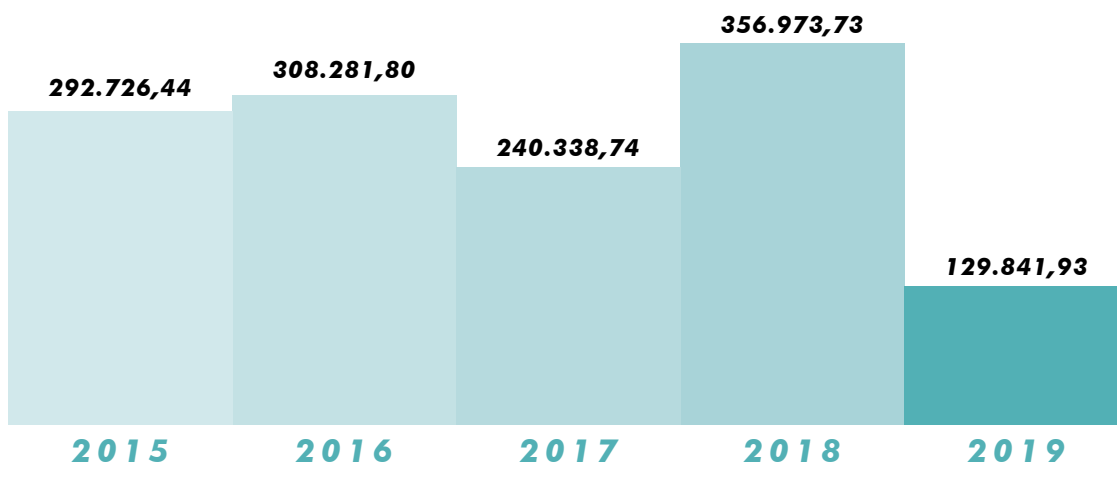
GRÁFICO 8- EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO (EM UNIDADES)



Também por reflexo da contratação de empresa para terceirização de impressão, em relação aos gastos com aquisição de suprimentos de impressão, evidencia-se uma relevante redução nos gastos, na ordem de 63,6% em relação à 2018, com economia de R\$ 277.131,80 nas despesas deste indicador, conforme Gráfico 9.

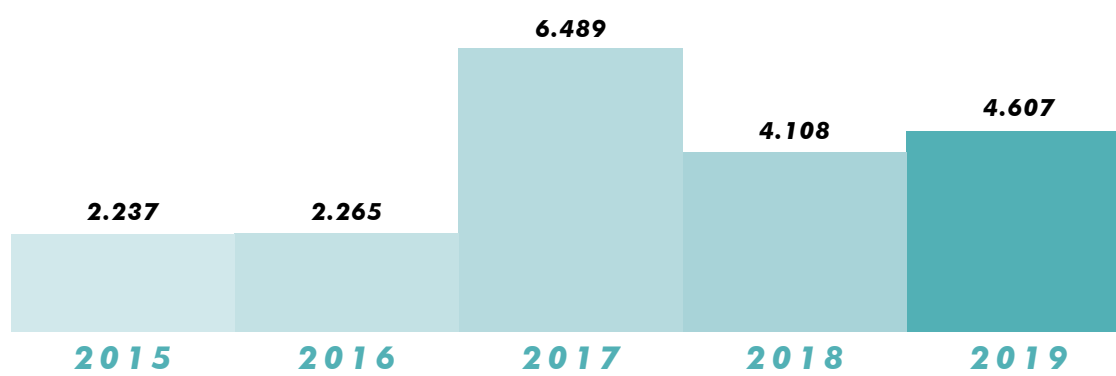
Salienta-se ainda que quanto à aquisição de cartuchos de toner para impressoras, o STM tem determinado que a empresa fornecedora adote procedimento de logística reversa, assim como descarte os cartuchos utilizados e recolhidos de acordo com as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei.

GRÁFICO 9- GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS (EM R\$)



Em 2019 houve a melhora na performance nos equipamentos instalados, ou seja, mais impressões por máquina, o que reflete a política de redução do parque de impressoras. O Gráfico 10 apresenta o total de impressões em relação ao total de equipamentos instalados. Vale destacar que a gestão da impressão deve buscar o maior número possível de usuários por máquinas, evitando a ociosidade das máquinas.

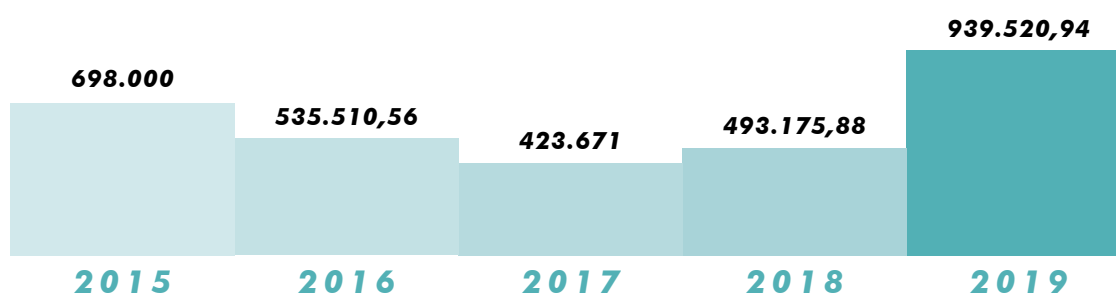
GRÁFICO 10- PERFORMANCE DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS (IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO)



Ao longo dos anos de 2018 e 2019 foi implantado um sistema de gerenciamento de impressão (bilhetagem), no intuito de permitir o controle acurado da quantidade de impressões por unidades administrativas.

Verifica-se abaixo (Gráfico 11) o aumento nos gastos com contratos de terceirização de impressão, uma vez que, considerados os impactos positivos na redução de outras despesas, a tendência é a substituição de todos os equipamentos de impressão por contratos com empresas de terceirização.

GRÁFICO 11- GASTO COM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSÃO (EM R\$)

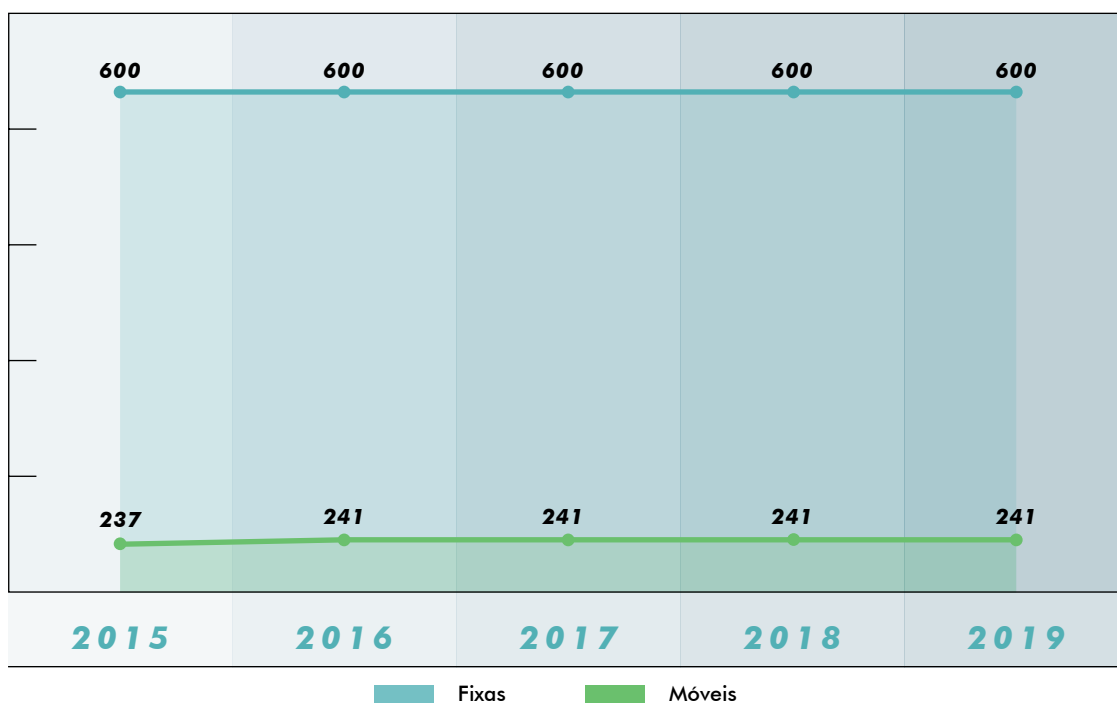


5. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

Atualmente, existe uma série de recursos tecnológicos que contribuem para a diminuição dos gastos com telefonia, móvel e fixa. Desde 2012, o STM utiliza a tecnologia VoIP- Voice over Internet Protocol (Voz sobre Protocolo de Internet). Com isso houve uma considerável redução nos custos de telefonia.

Desde 2015, o STM possui 600 linhas telefônicas fixas, mantendo-se essa quantidade ao longo dos demais períodos. Já as linhas telefônicas móveis tiveram um pequeno aumento. Em 2015, o STM possuía 237 linhas telefônicas móveis, sendo adquirida mais 4 linhas em 2016, somando 241 linhas telefônicas móveis no total. Essa quantidade se manteve constante nos anos seguintes.

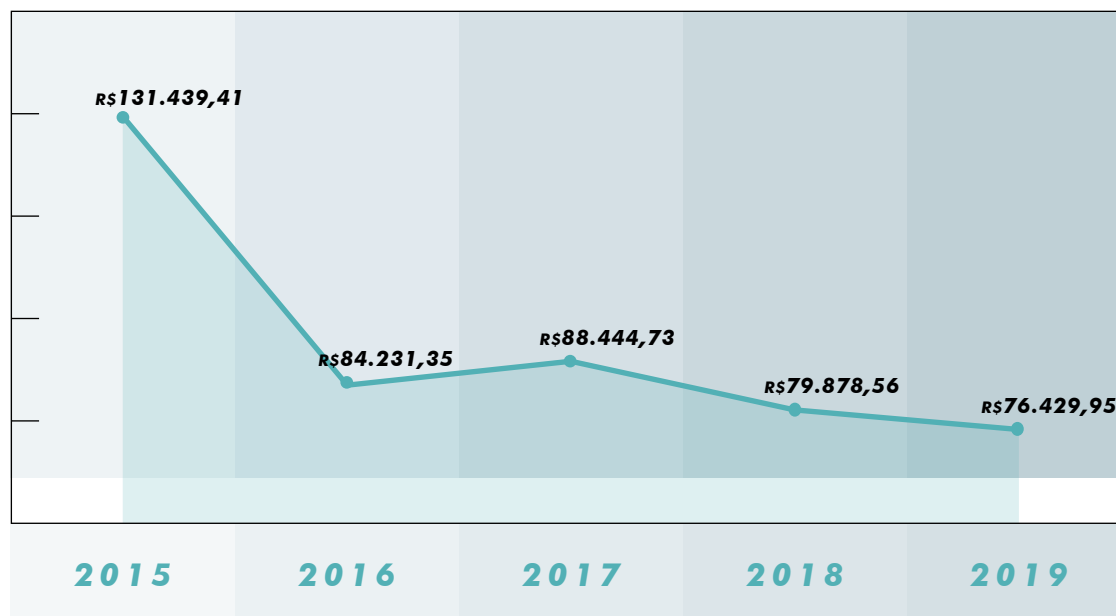
GRÁFICO 12- QUANTIDADE DE LINHAS FIXAS E MÓVEIS (EM UNIDADES)



Na aferição de despesas com telefonia fixa, nota-se uma queda significativa em 2016. Houve um pequeno aumento em 2017 mas a tendência de redução na despesas foi mantida em 2019. Ao se comparar com o patamar de despesas de 2015, o decréscimo foi de 41,85 %. (Gráfico 13)



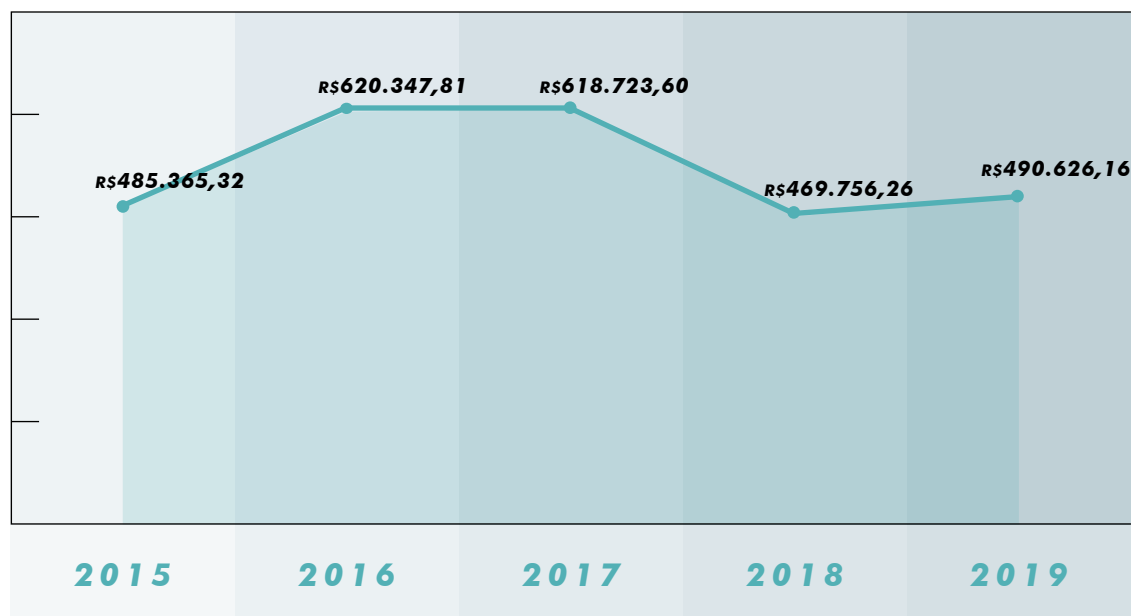
GRÁFICO 13- GASTO COM TELEFONIA FIXA (EM R\$)



Nota: Nos últimos três meses de 2019 foi utilizada a média anual devido à ausência das faturas por parte da contratante até o fechamento do presente relatório.

É válido notar que as despesas com telefonia móvel tiveram tendência de queda a partir de 2017, conforme Gráfico 14. Em 2019 manteve-se um decréscimo de 20,70% em relação ao patamar de 2017.

GRÁFICO 14- GASTO COM TELEFONIA MÓVEL (EM R\$)

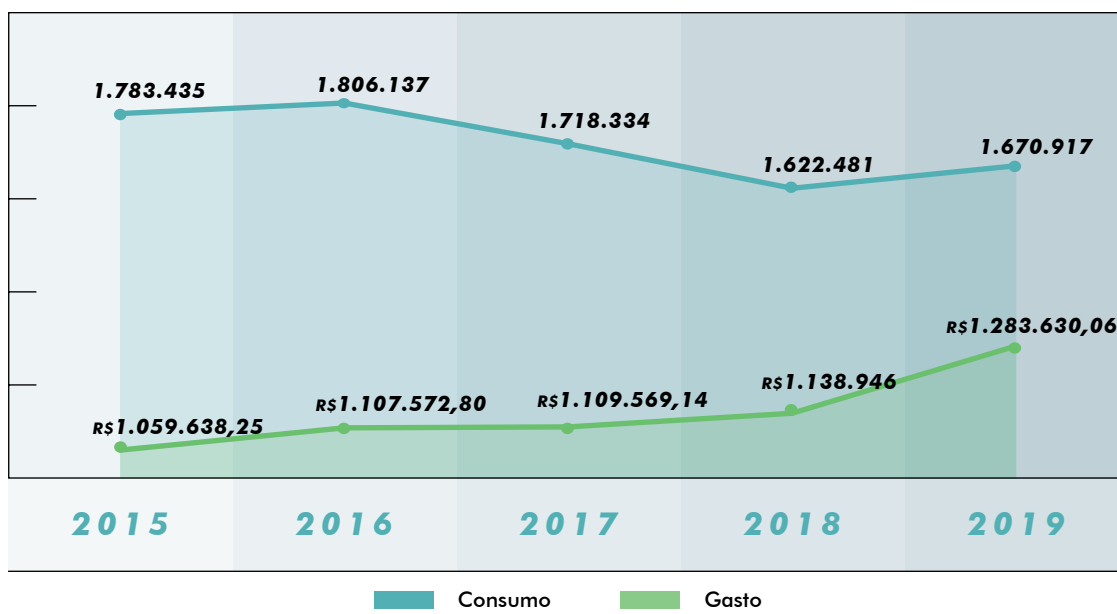


6. ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica é um fator de elevado custo para o erário. Analisando o Gráfico 15 abaixo, vê-se uma queda de aproximadamente 6% no consumo de energia de 2017 para 2018, e que o patamar atual de consumo permanece abaixo do observado no início da série histórica.

Vale ressaltar que o STM realizou a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, a adoção de rodízio no funcionamento das lâmpadas e conscientização dos servidores são algumas das ações realizadas com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica.

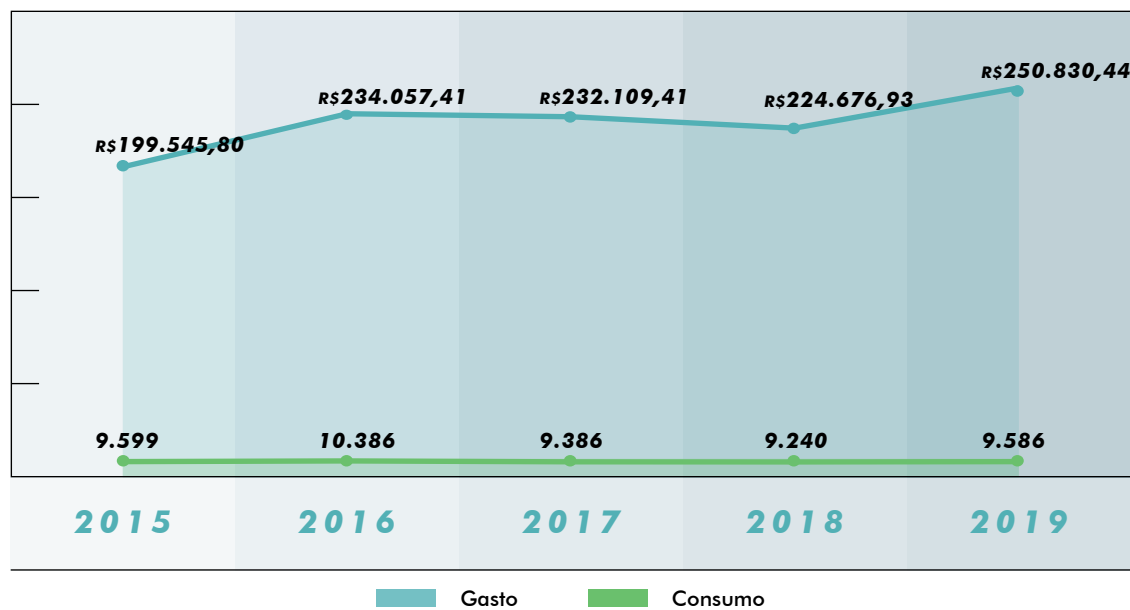
GRÁFICO 15- CONSUMO (EM KWH) E DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA (EM R\$)



7. ÁGUA E ESGOTO

O STM realiza manutenções hidráulicas periódicas e preventivas para evitar o desperdício de água, bem como promove a substituição das torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador. O consumo de água, como observado no Gráfico 16, permanece estável com leve tendência de diminuição em relação ao início da série histórica.

GRÁFICO 16- CONSUMO (EM M3) E DESPESA COM ÁGUA E ESGOTO (EM R\$)



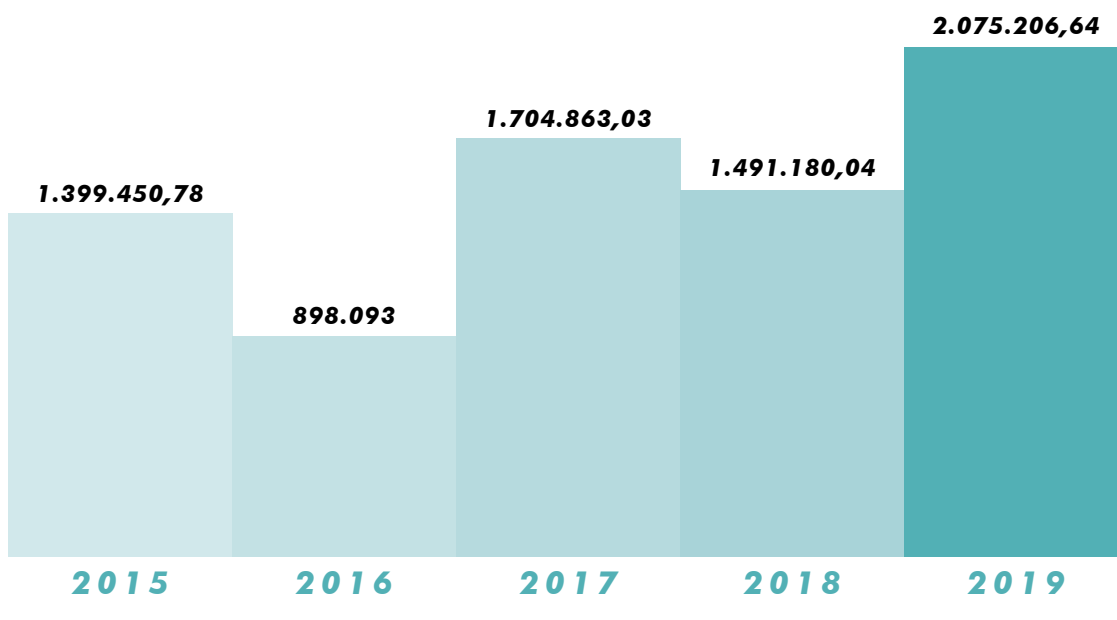
8. REFORMAS E LEIAUTE

As reformas e leiautes do STM são previstas em um Plano de Obras e priorizadas de acordo com critérios de relevância e urgência. Entre as reformas destaca-se a reestruturação da sede da Escola Nacional de Magistrados (ENAJUM), que tem por missão promover a seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça Militar da União, cabendo-lhe a regulamentação dos cursos oficiais para o ingresso e a formação inicial e continuada desses magistrados e formadores.

Há ainda a necessidade de realizar obras para fins de prevenção e correção das instalações do edifício sede construído em 1973, como por exemplo a substituição dos elevadores.

Ressalta-se, também, que a elaboração do projeto arquitetônico da nova sede do Superior Tribunal Militar vem sendo desenvolvida de acordo com modernas técnicas socioambientais, visando à certificação Leed (Leadership in Energy and Environmental Design) em padronização de construção sustentável.

GRÁFICO 17- GASTOS COM REFORMA (EM R\$)



9. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL

A temática em questão objetiva monitorar os gastos com a manutenção e peças dos veículos, além de controlar as despesas com os combustíveis necessários para o abastecimento dos automóveis do Tribunal. Além disso, busca-se avaliar novas soluções que visem à redução da ociosidade dos veículos e a possível terceirização da frota.

É o caso, por exemplo, do Sistema Taxi-STM, adotado pela Justiça Militar da União, que possibilita o deslocamento de servidores em função de atividades administrativas por meio de aplicativo de transporte. Destaca-se que o uso da respectiva ferramenta gerou um impacto relevante na redução de gastos com contrato de terceirização de motoristas, gerando uma redução de 63% comparando-se com os gastos em 2017. (Gráfico 20)

Destaca-se que, em 2015, o STM não possuía veículos movidos a etanol. Contudo, atualmente, a maioria dos veículos pertencentes à frota do Tribunal são veículos equipados com motor flex.

GRÁFICO 18- QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO DE COMBUSTÍVEL (EM UNIDADES)

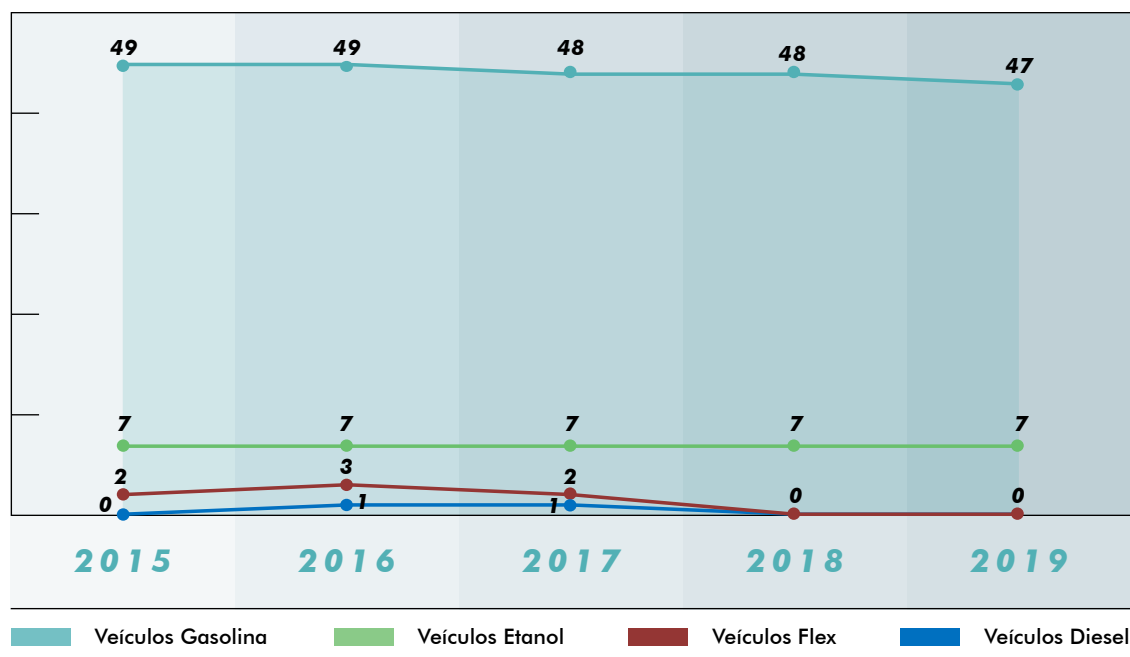
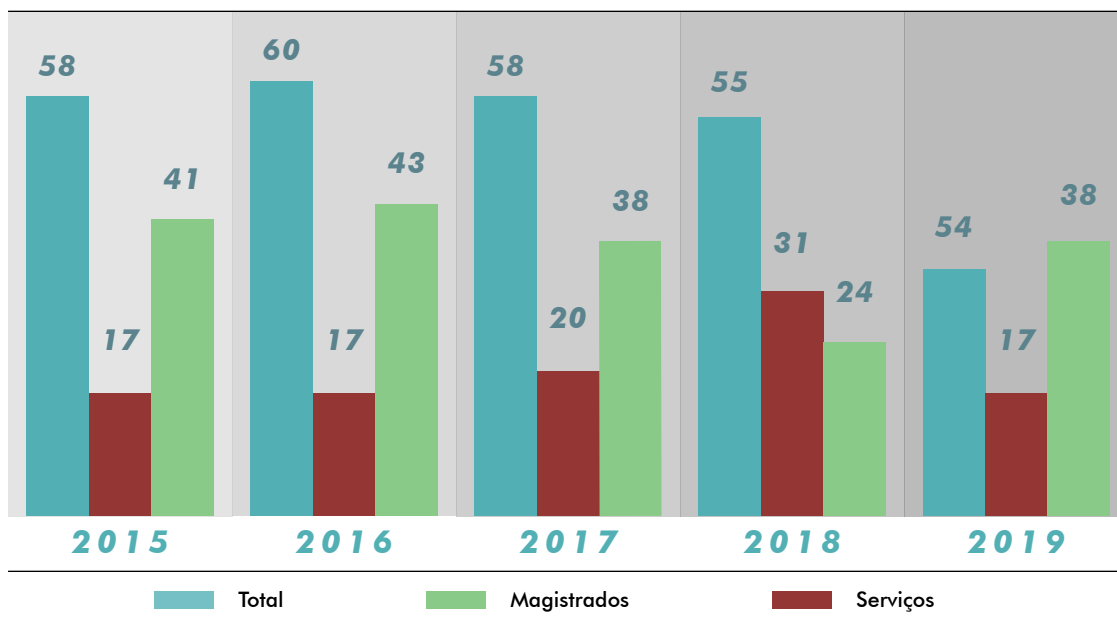
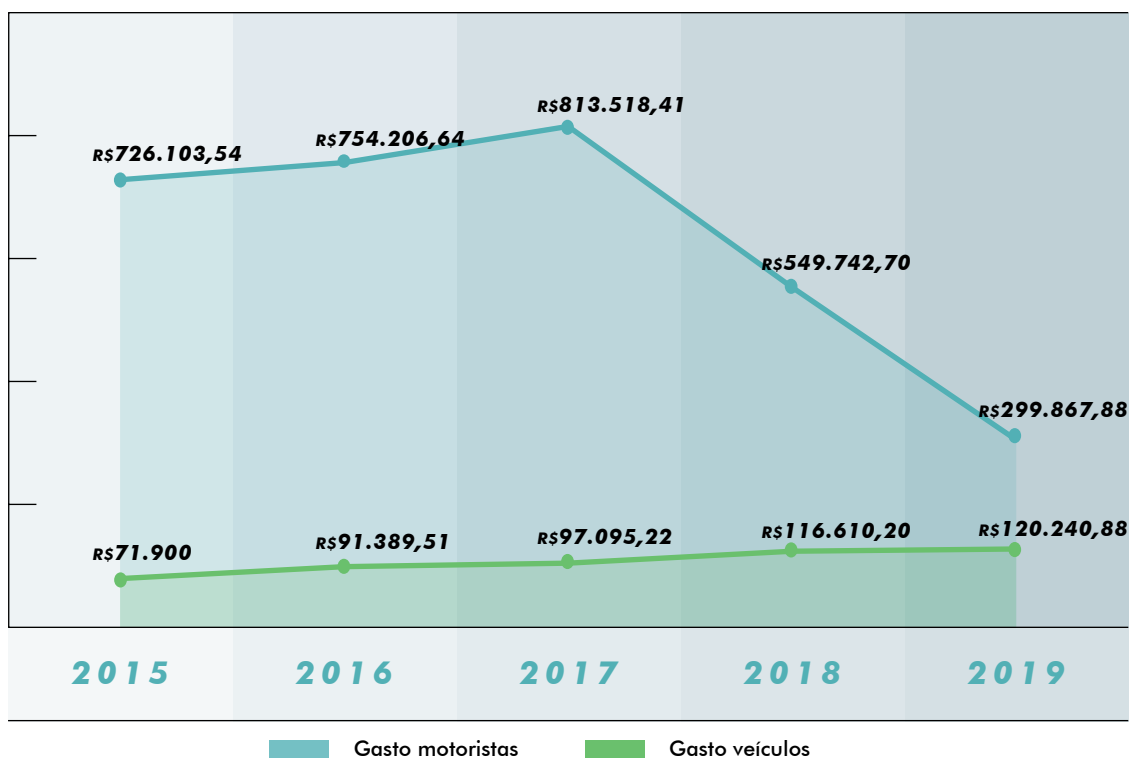


GRÁFICO 19- QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO DE USUÁRIO (EM UNIDADES)



O gráfico abaixo demonstra a brusca queda nos gastos com contratos de motoristas. Nota-se que essa redução de despesa deve-se, sobretudo, à implantação do Taxi-STM.

GRÁFICO 20- GASTOS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E COM CONTRATOS DE MOTORISTAS (EM R\$)



Conforme observado no Gráfico 20, o consumo com combustível vem caindo desde 2015. Essa redução de consumo dá-se pela otimização da manutenção preventiva nos veículos e pela ampliação do uso de soluções tecnológicas para a terceirização dos serviços.

Observa-se uma queda no consumo total de combustíveis mesmo havendo uma elevação no número de quilômetros rodados em 2019.

GRÁFICO 21- CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (EM LITROS)

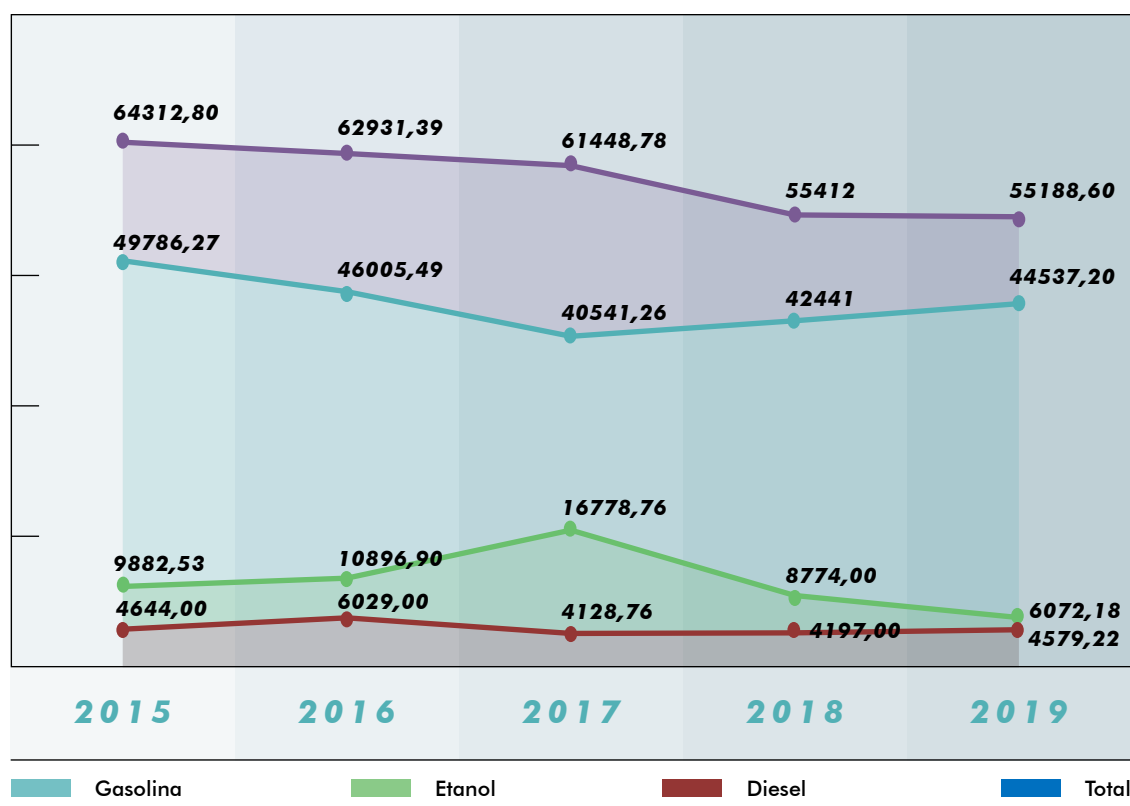
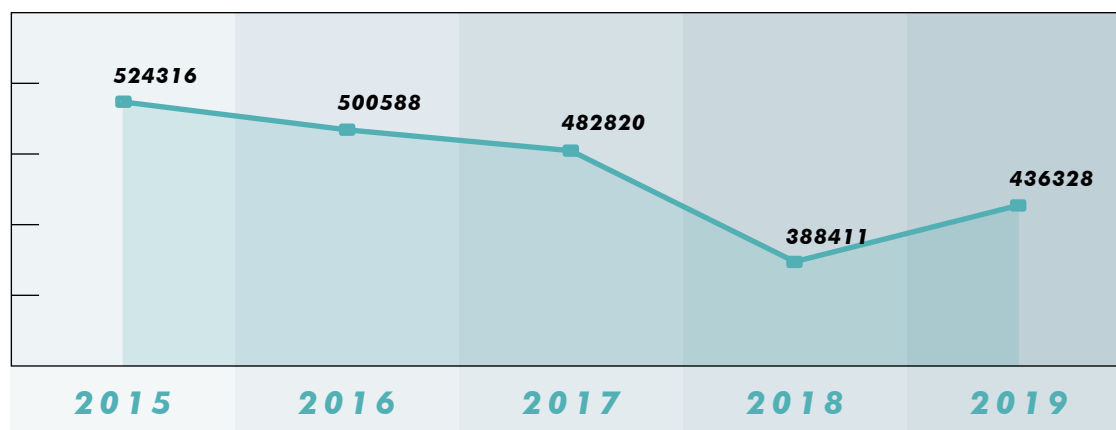


GRÁFICO 22- QUILOMÉTROS RODADOS

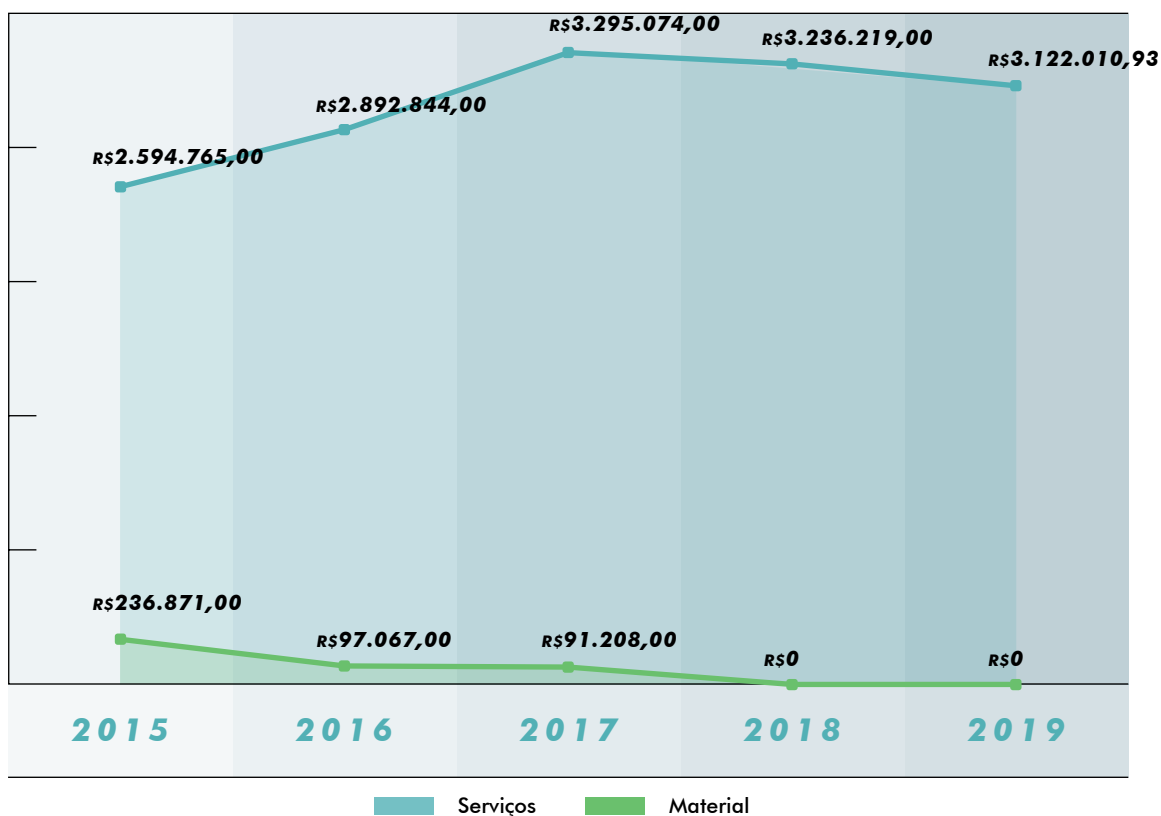


10. LIMPEZA

O objetivo desse tema é monitorar a gestão de limpeza do órgão, avaliar a necessidade dos postos contratados e aquisições de materiais, incentivando o uso sustentável dos recursos e a conservação do meio ambiente. Além disso, busca-se analisar a necessidade de repactuação dos contratos de limpeza em relação ao valor praticado no mercado. É importante frisar que os gastos com materiais de limpeza já estão incluídos no valor do contrato.

Conforme o Gráfico 23 abaixo, observa-se que o gasto com contrato de limpeza apresentou um aumento desde 2015. Em 2018, esta tendência se reverteu e se manteve em queda no exercício de 2019.

GRÁFICO 23-GASTO COM SERVIÇOS E MATERIAL DE LIMPEZA (EM R\$)



Além disso, destaca-se que as diversas licitações e contratos administrativos pertinentes aos serviços realizados pela JMU preveem critérios e práticas sustentáveis em seus instrumentos convocatórios, tais como:

- > levantamento de alternativas para aquisição de produtos e serviços sustentáveis;
- > atendimento às normas técnicas vigentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), verificando a qualidade, economicidade e resistência dos produtos;
- > características dos materiais, produtos, insumos e serviços, quanto aos aspectos relativos à saúde, segurança e proteção do meio ambiente;
- > eficiência energética e nível de emissão de poluentes das máquinas e aparelhos;
- > origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços;
- > avaliação do ciclo de vida dos materiais e a destinação do produto final.



11. VIGILÂNCIA

As despesas com contratos de vigilância encontram-se em patamares semelhantes desde 2016, com uma leve queda em 2018. Em 2019, houve o retorno de mais um posto de segurança armada, passando de 14 para 15 o que justifica o discreto aumento do gasto total contratual.

GRÁFICO 24- GASTO COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA (EM R\$)

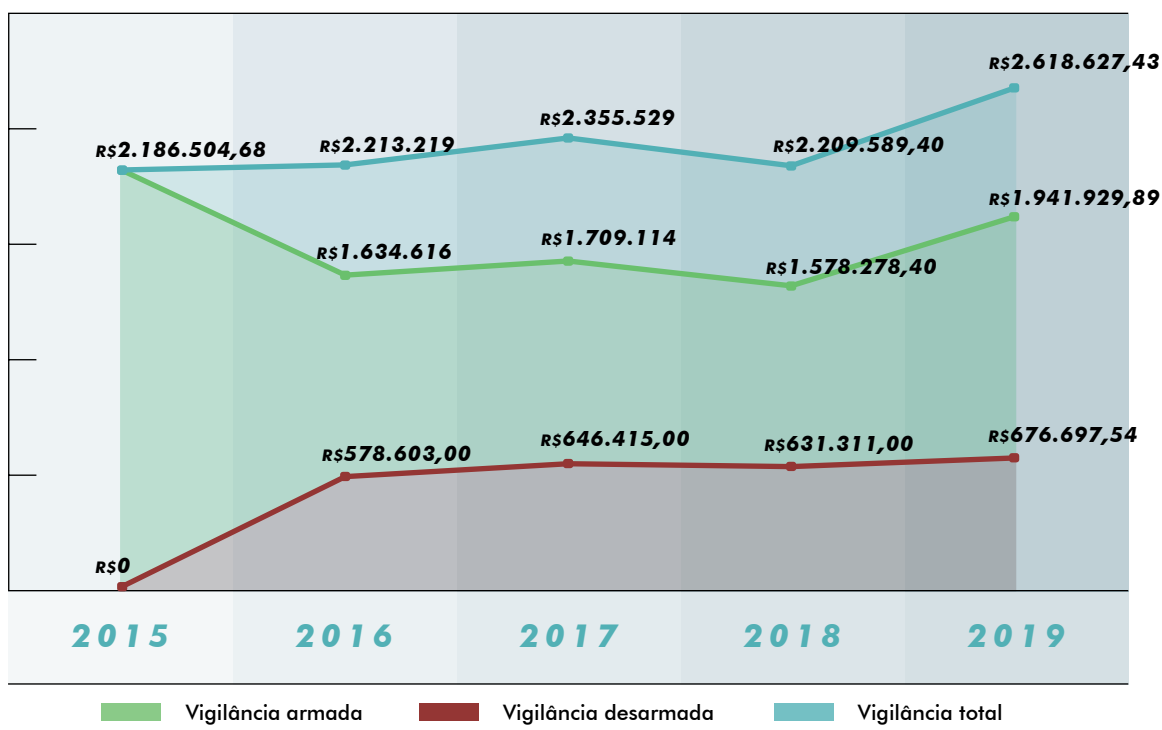
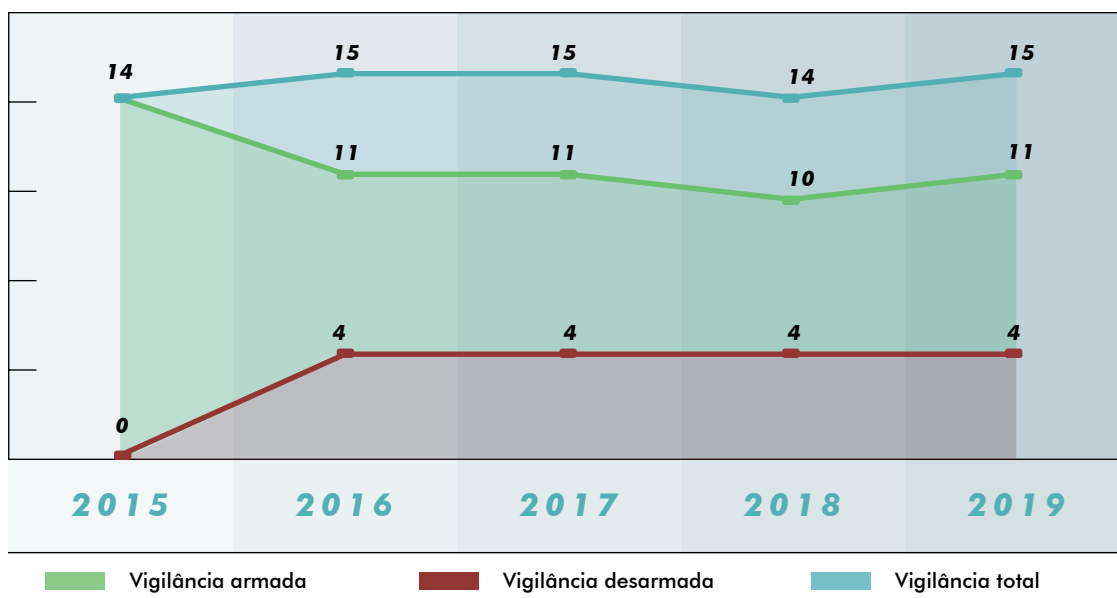


GRÁFICO 25- QUANTIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA CONTRATADOS:



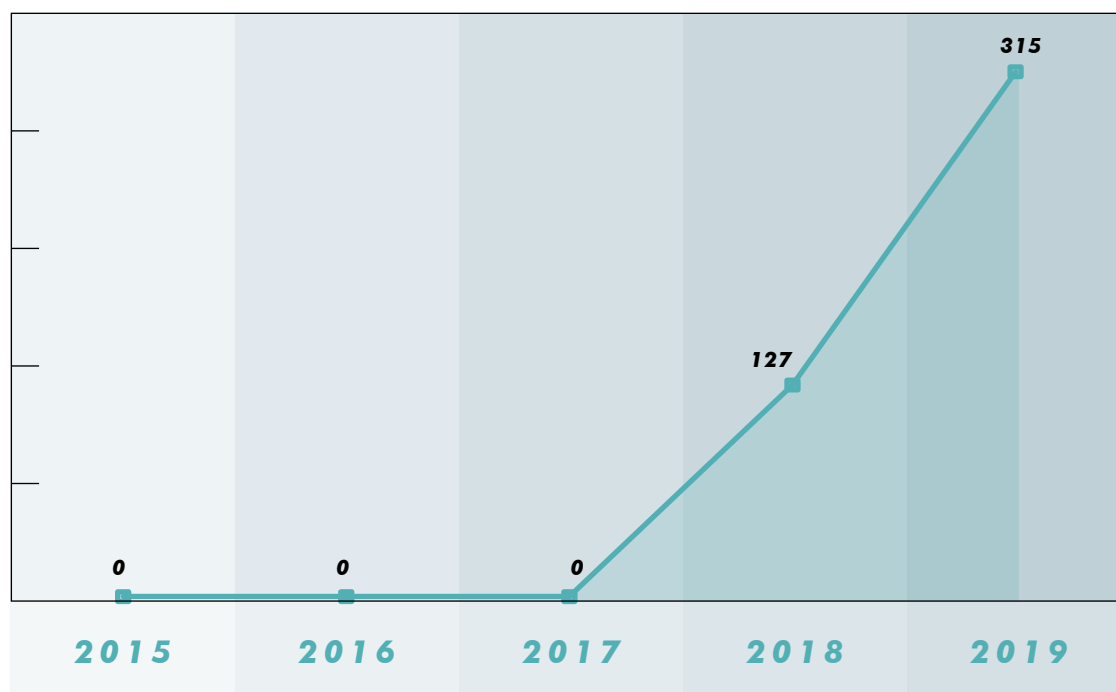
12. RESÍDUOS

A coleta seletiva no âmbito do STM é fundamentada na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010), o Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006, e demais legislações sobre o tema.

O STM promove diversas ações para a redução de resíduos poluentes: aplicação do instrumento de logística reversa na destinação final de pilhas, de baterias e de resíduos eletrônicos mediante a disponibilização de coletores no edifício sede do Tribunal; celebração de convênio com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a coleta de resíduos recicláveis; e a implementação da separação, na origem, de resíduos sólidos por meio de lixeiras identificadas para a adequada destinação no momento de sua geração.

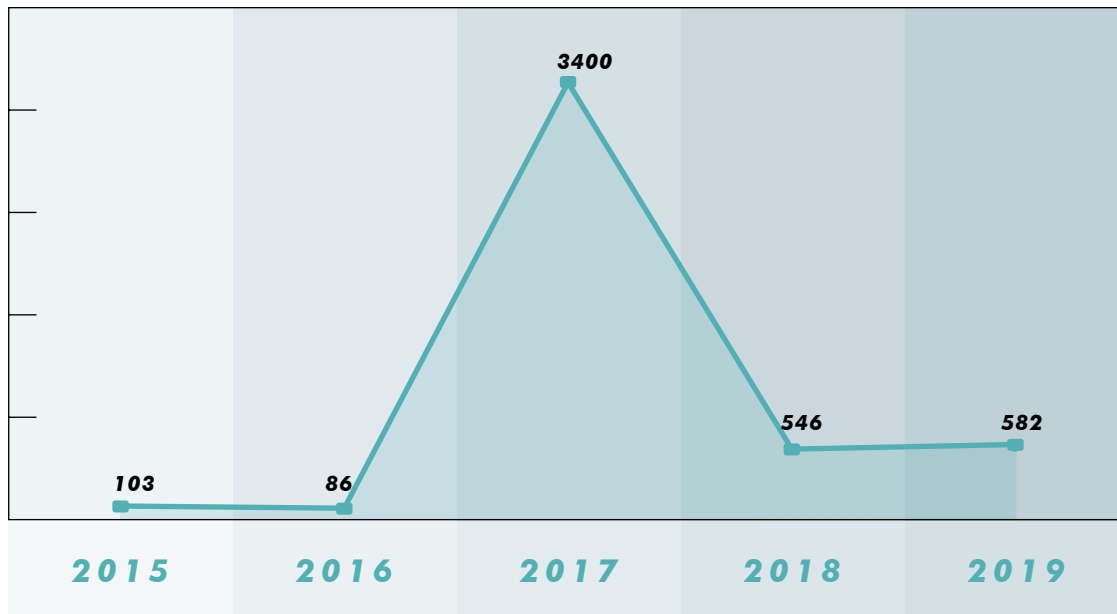
Os dados referentes a resíduos de obras e reformas foram computados pela primeira vez em 2018. Em 2019, 315 m³ desses resíduos foram corretamente destinados para o aterro de resíduos da construção civil.

GRÁFICO 26- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE OBRAS E REFORMAS (EM KG)



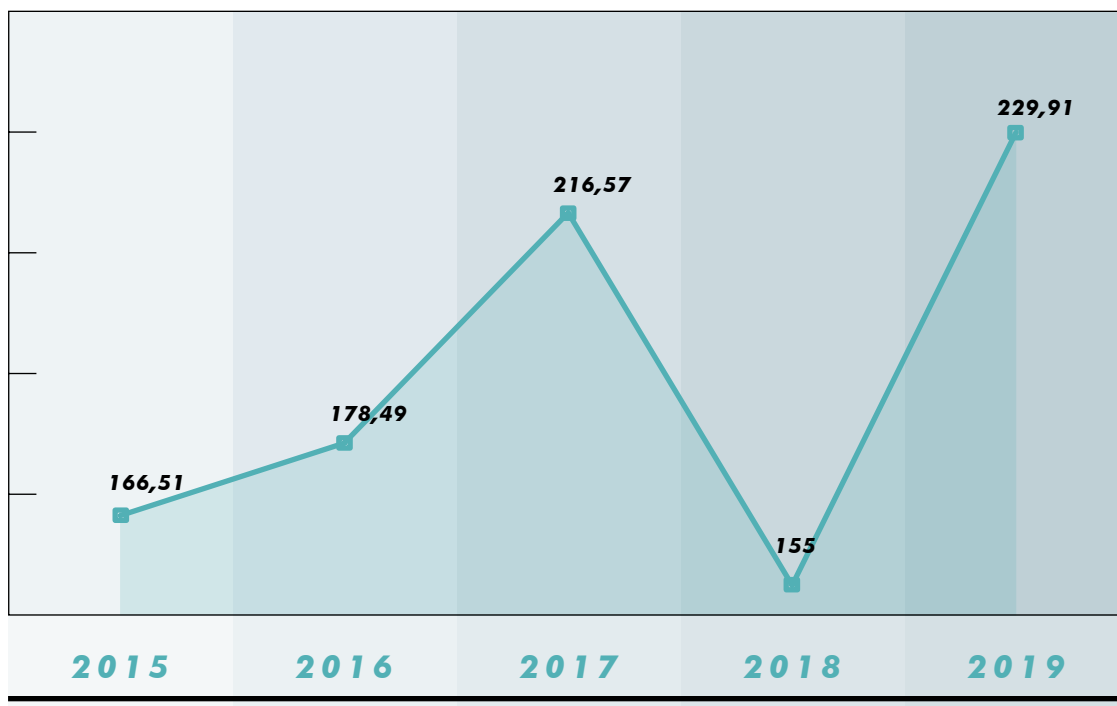
Destaca-se que a geração de resíduos decorrentes de suprimentos de impressão teve uma queda significativa em 2018. Em 2019, esse índice permaneceu estável com a geração de 582Kg desses resíduos.

GRÁFICO 27- DESTINAÇÃO DE SUPRIMENTOS IMPRESSÃO (EM KG)



Na análise do total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento, nota-se um crescimento em 2019.

GRÁFICO 28 - QUANTIDADE DE RESÍDUOS DE SAÚDE (EM KG)



13. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Do ponto de vista social, a sustentabilidade compreende todo capital humano que está, direta ou indiretamente, relacionado às atividades do órgão, incluindo seus funcionários, seus jurisdicionados, seus fornecedores, a comunidade e a sociedade em geral. Envolve ainda uma postura empresarial ética e transparência nas relações estabelecidas.

Na prática, sustentabilidade está aliada à qualidade de vida. Não se trata apenas de sobreviver, mas de viver em plenitude, explorando áreas ou recursos planetários de forma a impactar o mínimo possível o equilíbrio entre o meio ambiente e toda a biosfera que dele dependem para existir, garantindo a disponibilidade dos recursos hoje, sem comprometê-los para as gerações futuras.

O eixo proposto contempla a promoção do ambiente de trabalho saudável e o estímulo ao desenvolvimento do corpo funcional, refletindo diretamente no clima organizacional e na produtividade do STM.

A internalização das práticas sustentáveis no contexto laboral das unidades da JMU e a valorização de magistrados e servidores são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida na instituição.

Além disso, o STM vem focando em ações de qualidade de vida, com a promoção de campanha de vacinação contra a gripe, ginástica laboral, programas de controle de peso, prevenção ao suicídio, auxílio anti- tabagismo, oficinas de educação financeira, promoção de rodas de conversa, entre outras ações de integração socioprofissional. Tais ações reduzem o absenteísmo e aumentam a produtividade do corpo funcional do órgão.

Em 2019, foram registradas 1.574 participações em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho, incluído neste número, os colaboradores vacinados.

No Gráfico 29, abaixo, verifica-se que no ano de 2019 houve um bom incremento no maior número de ações e de participações em ações de qualidade de vida.

GRÁFICO 29- QUANTIDADE DE AÇÕES E DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA

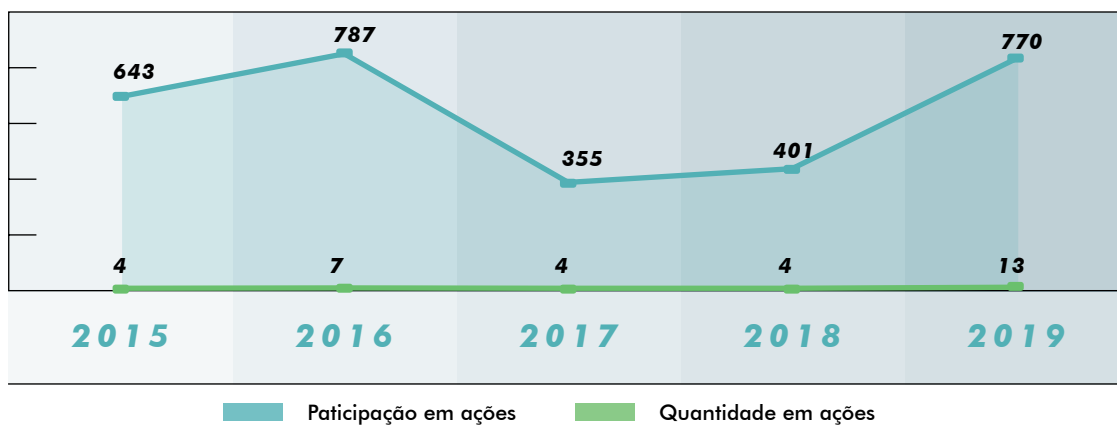
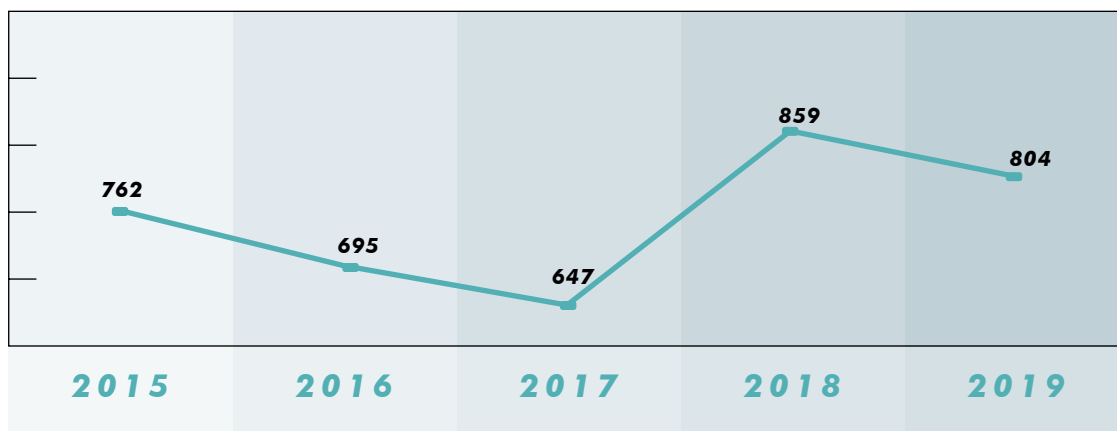


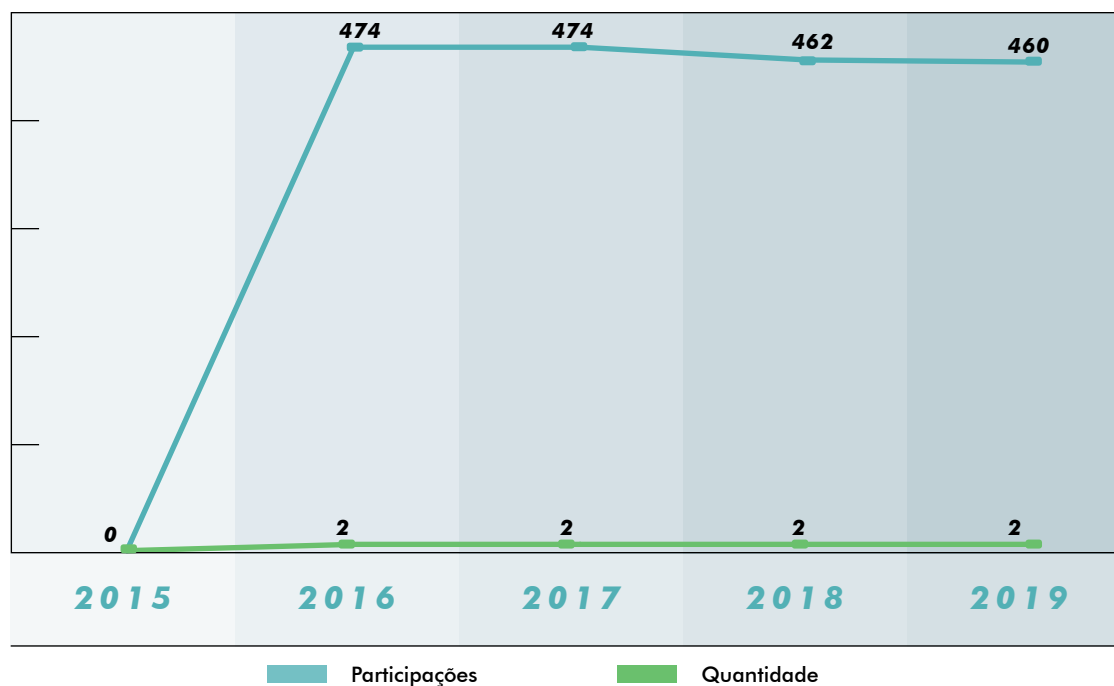
GRÁFICO 30- QUANTITATIVO DE APLICAÇÕES DE VACINA DA GRIPE JUNTO AO QUADRO DE COLABORADORES (SERVIDORES, TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS)



Destaca-se que as ações solidárias estimulam o voluntariado e a solidariedade entre magistrados e servidores. Atualmente, o STM realiza 2 ações de solidariedade periodicamente. A primeira é a campanha de doação de sangue que conta com o cadastro de 60 doadores. A segunda é a promoção, desde 2016, de uma ação solidária no mês de junho, no formato de uma quermesse, sem nenhum ônus para o erário público, que envolve todas as unidades do órgão e mobiliza cerca de 400 pessoas, revertendo toda a renda arrecadada para instituições de caridade.



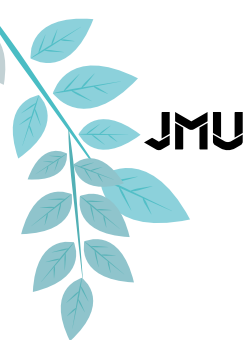
GRÁFICO 31- QUANTIDADE DE AÇÕES E DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES SOLIDÁRIAS



Quanto ao indicador “ações de inclusão voltadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”, verifica-se que, em 2019, foram realizadas 2 ações: exigência de presença de tradutores de libras na cerimônia de posse da nova Presidência do STM e adaptação da cartilha da rede de acessibilidade para a JMU.

GRÁFICO 32- QUANTIDADE DE AÇÕES DE INCLUSÃO





14. CAPACITAÇÃO AMBIENTAL

As ações de capacitação e sensibilização socioambiental devem ser estimuladas para a conscientização do corpo funcional e para a difusão do conhecimento interno em torno da respectiva temática.

É válido notar a necessidade de proposição de novos cursos em gestão socioambiental, bem como a criação de oficinas, palestras e treinamentos que abordem questões relevantes, como, por exemplo, o gerenciamento de resíduos sólidos e a elaboração dos termos de referências com base em critérios sustentáveis.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que este é o quarto relatório de indicadores elaborado com dados coletados nos anos de 2015 a 2019. Apesar do aumento da maturidade institucional no âmbito socioambiental, faz-se necessário ampliar as ações referentes ao tema e fomentar a conscientização dos magistrados e servidores em torno de uma agenda ambiental proposta para Justiça Militar da União.

Vale ressaltar que o Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar da União (PLS-JMU) representa uma conquista para a Justiça Castrense, contudo necessita de ser aperfeiçoado conforme as melhores práticas. É fundamental que o modelo de gestão adotado pelo STM e as Auditorias Militares esteja pautado em critérios sustentáveis, permeando assim todos os processos envolvidos na sua cadeia de valor.

As contratações realizadas por esta Corte consideram os seguintes principais critérios de sustentabilidade:

- > *Exigência de Plano de Prevenção de Riscos Ambientais para contratação de prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água, reservatórios e cisternas em edificações pertencentes ao STM;*
- > *Aquisição de mobiliários e outros itens fabricados em madeira, acompanhados de certificado ambiental e selo verde de manejo florestal responsável ou reflorestamento, observados requisitos sustentáveis de fabricação, transporte e armazenamento dos produtos;*
- > *Aquisição de copos biodegradáveis de água e café;*

- > *Contrato de manutenção e recarga do parque de extintores de incêndio com base nos requisitos ambientais e critérios previstos pelo INMETRO. Previsão que os produtos de recarga adquiridos não contenham substâncias perigosas acima do recomendável;*
- > *Compra de café torrado com base na Resolução Conama nº 82/2006, a fim de mitigar os efeitos da respectiva atividade agrícola;*
- > *Exigência de que a empresa prestadora de serviços de limpeza observe boas práticas ambientais, com a substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição, além de reciclagem/destinação adequada dos resíduos;*
- > *Quanto à aquisição de cartuchos de toner para impressoras, o STM tem determinado que a empresa fornecedora adote procedimento de logística reversa, assim como descarte os cartuchos utilizados e recolhidos de acordo com as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei.*

Por fim, a JMU deu início ao processo de revisão do seu Plano de Logística Sustentável a fim de atualizar as suas metas e seus indicadores de monitoramento mediante o alinhamento das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 201/2015). Ademais, serão propostas novas ações que contribuirão para o aumento da produtividade da JMU por meio da redução dos impactos econômicos, ambientais e sociais de forma transparente, com responsabilidade ética e compromisso com a sustentabilidade.



